

SELEÇÃO PÚBLICA PRESENCIAL

EDITAL Nº 096/2023

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

- **Data da Sessão Pública: 18/01/2024, às 14h00min**
- **Endereço: Av. L3 Norte, Campus Darcy Ribeiro, Edifício Finatec, Asa Norte, Brasília/DF, Cep: 70910-900**
- **Telefone: (61) 3348-0454**
- **E-mail: compras.mataatlantica@finatec.org.br**

A Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - FINATEC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, por meio da sua Comissão de Seleção, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará Seleção Pública, Tipo Técnica e Preço, modo de disputa fechado, a ser regida pelo Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014 e, no que compatível, pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e pelo presente Edital, cuja documentação e proposta de preço deverão ser entregues na data, local e horário acima indicados.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços técnicos especializados de pessoa jurídica para avaliação final do Projeto "Recuperação e Proteção dos Serviços Relacionados ao Clima e Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica do Brasil -Conexão Mata Atlântica"

2. DA ESPECIFICAÇÃO E DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

2.1. As especificações constam no Anexo I – Termo de Referência.

2.2. O início e o prazo de execução obedecerão aos prazos previstos no Termo de Referência (Anexo I) e do contrato a ser firmado entre as partes.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto a ser contratado, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes desta Seleção Pública.

3.2. Estará impedida de participar a empresa que:

3.2.1. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

- 3.2.2. Tenha sido suspensa do direito de participar de contratações com a FINATEC;
 - 3.2.3. Estiver inadimplente com a FINATEC;
 - 3.2.4. Possuir entre seus sócios, proprietários ou dirigentes que sejam empregados da FINATEC ou de qualquer um dos Órgãos públicos parceiros;
 - 3.2.5. Que não atendam às condições destes Edital e seus anexos;
 - 3.2.6. Contiver no seu contrato ou estatuto social finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste Edital.
- 3.3. Poderão participar as organizações da sociedade civil sem, contudo, receberem o tratamento tributário diferenciado, evitando desigualdade quanto às condições de participação, nos termos da Solução de Consulta n. 171 – COSIT, da Receita Federal do Brasil.

4. REPRESENTAÇÃO

- 4.1. A representação deverá ser feita por meio de instrumento público de procuração ou por instrumento particular, não havendo necessidade firma reconhecida (inteligência do artigo 12, inciso V, da Lei nº 14.133/2021), outorgando poderes para praticar todos os atos pertinentes à Seleção Pública em nome da empresa. No caso de instrumento particular, o representante deverá apresentar o contrato social ou estatuto da empresa, ou alteração que comprove os poderes do outorgante. Caso o representante seja sócio-proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 4.2. As procurações referidas no subitem acima deverão ser assinadas comprovadamente por quem possua inquestionáveis poderes de outorga, devendo fazer prova disso o contrato social cancelado pela Junta Comercial ou o Estatuto Social devidamente registrado.
- 4.3. O representante designado deverá identificar-se mediante a apresentação da Cédula de Identidade.
- 4.4. Não será permitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa, a não ser no caso de consórcio.
- 4.5. A falta de representação não inabilitará a empresa, impossibilitando-a apenas de se manifestar durante os trabalhos.
- 4.6. Toda a documentação mencionada nos subitens acima deverá ser apresentada de forma definitiva a FINATEC, sob pena de não credenciamento.
- 4.7. Considerando ainda a epidemia de COVID, as seguintes medidas serão adotadas:
- 4.7.1. Apenas será admitida a participação de um preposto por empresa;
 - 4.7.2. Recomenda-se o uso de máscara e o distanciamento entre os presentes;
 - 4.7.3. Será disponibilizado álcool em gel para o uso de todos;

4.7.4. As empresas poderão consultar, se desejarem, os documentos, no momento da sessão, sendo vetado fotos e/ou cópias, e as páginas não precisarão ser visitadas entre os presentes, evitando contato por tempo demasiadamente longo dos presentes com o processo.

4.8. O descumprimento de qualquer das regras previstas no item anterior implicará na não participação do preposto no certame, porém a empresa poderá entregar sua proposta, mas não poderá participar da sessão e nem fazer vistas do processo.

5. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

5.1. Os envelopes das empresas interessadas poderão ser **recebidos até às 17h do dia 17/01/2024** na sede da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – Finatec, no endereço da Av. L3 Norte, Campus Darcy Ribeiro, Edifício Finatec, Asa Norte, Brasília/DF, Cep: 70910-900, Caixa Postal: 4365 4, A/C: UGP do Projeto Conexão Mata Atlântica, Sala 110, Bloco G ou entregues no dia e local que será divulgado no site da FINATEC, constando as PROPOSTAS e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, em 03 (três) envelopes distintos e endereçados à COMISSÃO DE SELEÇÃO, contendo obrigatoriamente, em suas partes externas e frontais, clara e visivelmente, os dizeres:

SELEÇÃO PÚBLICA nº 096/2023	SELEÇÃO PÚBLICA nº 096/2023	SELEÇÃO PÚBLICA nº 096/2023
Razão social da empresa	Razão social da empresa	Razão social da empresa
Envelope 1	Envelope 2	Envelope 3
Proposta Técnica	Proposta de Preço	Documentos de Habilitação

5.2. As empresas que desejarem enviar seus envelopes via postal (com AR – Aviso de Recebimento), deverão remetê-los ao endereço descrito no preâmbulo deste Edital, aos cuidados da Comissão de Seleção.

5.3. Os envelopes enviados via postal deverão ser recebidos no protocolo da FINATEC no prazo previsto no item 5.1.

5.4. A FINATEC não se responsabilizará por envelopes endereçados via postal ou por outras formas, e que por isso não sejam recebidos, nem por eventual recebimento parcial de envelopes/documentação.

5.5. Os proponentes poderão, também, levar os envelopes diretamente à Sessão Pública, na data prevista no preâmbulo deste Edital.

5.6. Quando a Empresa optar somente pelo envio postal dos envelopes, deixando de

comparecer pessoalmente à sessão pública, o mesmo participará com a documentação enviada.

5.7. No dia, hora e local indicado no preâmbulo desta Seleção Pública, antes do início da sessão, os presentes, representando as empresas, devem comprovar, por instrumento próprio, poderes para praticar todos os atos inerentes à seleção pública, conforme item 4 deste Edital.

5.8. Os documentos para habilitação e propostas deverão ser entregues em envelopes não transparentes, fechados, lacrados e não serão devolvidos.

5.9. Se a Empresa for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

5.10. Se a empresa ou instituição proponente for uma filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e CNPJ da filial.

5.11. Não será admitida pela Comissão de Seleção a inclusão posterior de qualquer documento, que deveria constar obrigatoriamente nos envelopes.

6. PROPOSTA TÉCNICA – ENVELOPE 1

6.1. A proposta técnica deverá ser redigida na forma prevista nos anexos deste edital, em língua portuguesa, datilografada ou impressa por qualquer meio eletrônico em 01 (uma) via, em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo as especificações do objeto a que se refere esta Seleção Pública, devendo ainda, ser datada e assinada na última folha e rubricada nas demais, por seu representante legal, com poderes para o exercício da representação.

6.2. A proposta técnica valerá até 100 (cem) pontos, a serem atribuídos de acordo com a experiência comprovada da instituição, nos termos da planilha abaixo:

6.2.1. Quanto à qualidade técnica da proposta:

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	PONTOS
6.2.1.1. Requisitos técnicos exigidos por proponente	
a) a avaliações de impacto baseadas em evidências, de projetos públicos ambientais e de desenvolvimento regional sustentável;	
b) monitoramento e avaliação (M&A) de políticas públicas ambientais e de desenvolvimento regional sustentável;	

c) políticas públicas brasileiras para conservação ambiental e desenvolvimento regional sustentável;	
d) sistemas de monitoramento e gerenciamento de banco de dados em diversos formatos;	
e) análise estatística de dados e informações georreferenciadas.	
6.2.1.2. Qualificação e experiência profissional da equipe	
<p>A proponente deve possuir corpo técnico formado por profissionais com nível superior, com experiência comprovada. Para efeito de classificação a proponente deverá apresentar equipe mínima de execução das atividades exigidas neste Termo de Referência, conforme a seguir:</p> <p>Equipe Técnica Mínima:</p> <p>a) Profissional com graduação, especialista em Projetos e Políticas Públicas, com experiência comprovada de estudo ou projetos que abordaram monitoramento e avaliação de impacto e retorno econômico e socioambiental;</p> <p>b) Profissional com graduação, especialista em Análise de Dados, com experiência comprovada de estudos ou projetos que abordaram monitoramento e avaliação de impacto e retorno econômico e socioambiental de projetos;</p> <p>c) Profissional com graduação em Economia ou áreas afins com enfoque em desenvolvimento sustentável, mecanismos de pagamento pela conservação de áreas e serviços ecossistêmicos, e com conhecimento em avaliação econômica.</p> <p>d) Profissional com graduação em Biologia ou Engenharia Florestal ou Agronomia, com experiência em análises da paisagem e métricas de conectividade.</p>	
TOTAL DE PONTOS	100

- 6.3. Os itens 6.2.1.1. e 6.2.1.2. serão comprovados por meio de exposição e documentos constantes da proposta técnica e serão pontuados por uma Comissão de Avaliação Técnica composta por 3 (três) membros escolhidos pela Coordenação do Componente 1-MCTI, devendo indicar ainda 2 (dois) suplentes.
- 6.4. A indicação de que trata o caput deste item será publicada por meio de ato da Comissão de Seleção até 5 (cinco) dias úteis antes da data agendada para a sessão pública e será facultado prazo de 3 (três) dias corridos para impugnação dos membros da Comissão de Avaliação Técnica.
- 6.5. Não serão aceitas impugnações apócrifas, sem fundamentação e/ou intempestivas.
- 6.6. A análise deverá ser feita no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis pelos membros titulares indicados após recebimento das propostas técnicas, ou titulares e suplentes na impossibilidade dos titulares.
- 6.7. A análise e atribuição de notas à Proposta Técnica será realizada independentemente por cada membro da comissão de avaliação técnica e mediante justificativa das notas apresentadas, que deverão ser fundamentadas e não poderão utilizar-se de quaisquer elementos "estranhos" às propostas apresentadas, como sites das empresas concorrentes, pesquisas de internet etc.
- 6.8. A análise e atribuição de notas em desacordo com os itens 6.2.1.1 e 6.2.1.2. serão desconsideradas.
- 6.9. A nota final da Proposta Técnica será calculada pela média aritmética das notas atribuídas pelos membros da Comissão de Avaliação Técnica.
- 6.10. Os membros da Comissão de Avaliação Técnica serão indicados em ato publicado no site de acompanhamento da licitação.
- 6.11. É terminantemente vetado aos licitantes qualquer contato com os membros da Comissão de Avaliação Técnica, sob pena de desclassificação do licitante que infringir esse item.
- 6.12. Em caso de membro da Comissão de Avaliação Técnica ter qualquer relação de amizade, inimizade e/ou parentesco com licitante que será avaliado, deve-se declarar suspeito, sendo imediatamente sorteado membro suplente em substituição.
- 6.13. **Toda documentação inerente à proposta técnica deverá ser entregue em uma via original e em arquivo de mídia, inserido no envelope da proposta técnica (envelope 1), através de dispositivo pen-drive.**
- 6.14. A experiência do profissional deverá ser comprovada por meio de atestados de capacidade técnica emitido diretamente em nome do mesmo.
- 6.15. É obrigatória a comprovação de formação superior do profissional indicado.
- 6.16. Será verificada a pontuação obtida por cada licitante, conforme planilhas em item 6.2, considerando-se classificadas as empresas que obtiverem pelo menos 60 (sessenta) pontos no total.
- 6.17. O vínculo dos profissionais que compõem a equipe técnica mínima poderá se dar por contrato de trabalho, carteira de trabalho assinada ou ainda por meio de declaração

de compromisso de cada membro da equipe técnica, comprometendo-se a participar do projeto a partir da data de assinatura do contrato e por todo o período de prestação de serviços.

6.18. É terminantemente vedado à empresa a substituição de qualquer membro da equipe técnica mínima, sem anuência expressa da contratante, que deverá aprovar a substituição.

6.19. A pontuação final da proposta técnica será obtida pela soma das pontuações obtidas nos itens 6.2.1.1 e 6.2.1.2.

7. PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE 2

7.1. A empresa deverá apresentar a sua proposta de preço, de acordo com o exigido no edital, grafada em R\$ (reais) e apresentada em língua portuguesa, datilografada ou impressa por qualquer meio eletrônico em 01 (uma) via, em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo as especificações do objeto a que se refere esta Seleção Pública, devendo ainda, ser datada e assinada na última folha e rubricada nas demais, por seu representante legal, com poderes para o exercício da representação.

7.2. Não serão aceitos preços unitários e totais manifestadamente inexequíveis.

7.3. A proposta de preços deverá conter a Razão Social, CNPJ, endereço completo da empresa, seus números de telefone, bem como seu endereço eletrônico (e-mail), se houver, para fins de eventuais contatos, assim como dados do representante legal ou procurador da empresa que irá celebrar eventual CONTRATO.

7.4. A proposta deverá conter oferta firme e precisa sem alternativas ou quaisquer condições ou vantagens que induzam o julgamento.

7.5. Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contidos na proposta, prevalecerá o valor por extenso.

7.6. O prazo de validade das propostas de preços será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação. Caso não conste o prazo na proposta, esta será considerada válida pelo referido período.

7.7. A proposta deverá conter a indicação do banco, número da conta corrente e agência do licitante, para fins de pagamento.

7.8. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências do Edital e às especificações técnicas ali previstas.

7.9. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita entrega dos serviços será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a empresa pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

7.10. A proposta deve vir acompanhada da declaração (Anexo X) de que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre os serviços a serem executados, nada mais sendo lícito pleitear a este título.

7.11. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da empresa, não lhe

assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.12. Conforme previsto em artigo 9º, parágrafo segundo, do Decreto de Regência, os valores de referência somente serão tornados públicos após o encerramento das contratações, sendo ainda possível, desde que em ato público e devidamente justificado, a abertura do sigilo do orçamento na fase de negociação de preços com o fornecedor detentor da melhor proposta, quando esta for superior ao valor orçado

7.13. As propostas acima do preço de referência não serão aceitas.

7.14. A empresa vencedora deverá, ainda, apresentar planilha de composição de custos unitários e totais, contendo todas as despesas diretas e indiretas inerentes a prestação do serviço, sob pena de desclassificação de suas propostas.

7.15. Em caso de preços abaixo da linha de exequibilidade, poderão ser exigidos ainda documentos e planilhas complementares para detalhamento de suas propostas visando a comprovação da exequibilidade das mesmas.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. As propostas serão classificadas pela soma dos resultados obtidos nas propostas técnicas e de preço, conforme fórmulas adiante explicitadas, classificadas a partir daquela que tiver obtido a maior pontuação final até a de menor pontuação final.

8.2. A Comissão de Seleção, na data e local previsto no preâmbulo deste Edital, em Sessão Pública, procederá à abertura dos envelopes, primeiramente pelos Envelopes das propostas técnicas e verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

8.4. Para efeitos de classificação e julgamento das propostas de preço, considerar-se-ão os preços inclusos todos os encargos e impostos, inclusive o ICMS, e a diferença de alíquota no caso de empresas fora do estado.

8.5. A pontuação técnica da proposta apresentada será obtida pela soma das pontuações atribuídas e referentes a cada quesito de avaliação:

$$\text{PONTUAÇÃO TÉCNICA (PT)} = 6.2.1.1. + 6.2.1.2.$$

8.6. Após, será pontuado o valor das propostas de preço de cada empresa, entre as classificadas na fase técnica:

$$\text{Valor comparativo} = \left[\left\{ \frac{PM}{PE} \times 40 \right\} + PT \right]$$

Onde: PM (menor preço dentre as propostas do certame) e PE (preço proposto pela empresa).

9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1. O critério de julgamento adotado será Técnica e Preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 9.2. Os preços totais ofertados já devem contemplar todos os custos diretos e indiretos.
- 9.3. Concluídas as fases de valoração e avaliação das propostas técnica e de preço, as licitantes serão classificadas em ordem decrescente, de acordo com o Valor Comparativo (VC) obtida.
- 9.4. Será considerada como licitante vencedora, aquela que obtiver o maior Valor Comparativo (VC).
- 9.5. A Comissão de Seleção examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à Técnica e Preço nos termos descritos, observando os requisitos técnicos e os valores orçados pela administração e ainda a exequibilidade da proposta, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto, decidindo motivadamente a respeito.
- 9.6. Serão desclassificadas as propostas que deixarem de atender às exigências desta Seleção Pública, bem como àquelas que as propostas técnicas sejam elaboradas em desacordo com este Edital e as que apresentarem preços excessivos, assim considerados aqueles que estiverem acima do preço de mercado formalizada por meio do preço de referência ou da reserva orçamentária do projeto ou forem manifestamente inexequíveis
- 9.7. Havendo empate, serão adotados os seguintes critérios de desempate:
- 9.7.1. Maior pontuação na Avaliação Técnica
- 9.7.2. Maior pontuação no quesito de experiência da organização.
- 9.8. A Comissão de Seleção poderá solicitar ao licitante que apresente imediatamente documentos complementares para esclarecer obscuridades da proposta e/ou detalhamento do objeto, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.9. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital, os requisitos de qualificação técnica e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 9.10. Se a proposta melhor classificada não for aceita, ou for desclassificada, a Comissão de Seleção examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital. Nessa situação, a Comissão de Seleção poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.
- 9.11. No julgamento das propostas, é facultada à Comissão de Seleção ou autoridade superior, em qualquer fase da seleção pública, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar obrigatoriamente nos envelopes.
- 9.12. Sendo aceitável a proposta do licitante detentor da proposta melhor classificada, este deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada no item 10 deste Edital.
- 9.13. Se todas as empresas forem inabilitadas ou todas as propostas desclassificadas, a Comissão poderá conceder prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de outros documentos ou propostas de acordo com este Edital e seus anexos.
- 9.14. Deficiências no atendimento aos requisitos desta Seleção Pública, para apresentação da Documentação e Proposta, correrão por conta e risco da empresa

licitante, podendo implicar na sua inabilitação e/ ou desclassificação.

10. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE 3

10.1. Aceita a proposta do licitante detentor da proposta melhor classificada (maior pontuação geral, após aplicação das fórmulas), este deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

10.2. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por membro da comissão de seleção na sede da Finatec.

10.3. Para habilitação nesta Seleção Pública, os interessados deverão apresentar toda a documentação exigida nos itens 10.6, 10.7, 10.8 e 10.9 deste Edital.

10.4. No caso de consórcio, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, de que atende a todos os requisitos de habilitação previstos neste item.

10.4.1. As empresas deverão apresentar os documentos de habilitação em original ou cópia autenticada. Os documentos poderão ser autenticados na FINATEC, até às **16h do dia 17/01/2024** ou ainda poderão autenticar diretamente na data da sessão pública prevista no preâmbulo, até uma hora antes do início da sessão pública.

10.5. A documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Qualificação Econômico-Financeira (Art. 19 e 22, Decreto n. 8.241/2014) consistirá em:

10.5.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.5.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais, e acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedades por ações;

10.5.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e

10.5.4. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão máxima nos últimos 90 (noventa) dias da data de abertura das propostas.

10.5.5. Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos (Anexo VIII).

10.5.6. Declaração de que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre os serviços a serem executados (Anexo X).

10.5.7. Compromisso de constituição do consórcio, conforme regras estabelecidas no edital.

10.5.8. O proponente deve comprovar sua qualificação econômico-financeira pela apresentação dos itens a seguir:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei. O Balanço deverá comprovar a boa situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

- b) Serão aceitos Balanços e Demonstrações Contábeis publicados pelas Sociedades Anônimas, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
- c) Para as empresas constituídas no exercício em curso, serão aceitos o Balanço de Abertura devidamente assinado pelo titular ou representante legal da empresa e pelo contador, autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
- d) As empresas Ltda., sujeitas ao regime de tributação do Simples Nacional, deverão apresentar cópias do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, devidamente assinados, autenticados e registrados no seu órgão competente;
- e) As empresas participantes do processo licitatório que estiverem legalmente obrigadas ao envio de seus registros contábeis através do SPED CONTÁBIL, poderão apresentar cópias do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, emitidos do SPED, juntamente com o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital;
- f) As empresas participantes do processo licitatório que estiverem legalmente obrigadas ao envio de seus registros contábeis através do SPED CONTÁBIL e apresentarem suas demonstrações, deverão, em fase de diligência realizada pela Comissão de Licitação, comprovar que as informações contábeis registradas no órgão competente condizem com aquelas apresentadas à Receita Federal, através da apresentação das cópias do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício emitidos do SPED, juntamente com o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital.

10.6. Para fins de verificação da Capacidade Econômica – Financeira, será considerada se a empresa licitante possui capital social de no mínimo 10% do valor de referência da presente Seleção (a ser divulgado antes da abertura da fase de habilitação) ou, ainda, através dos índices ILC e ILG, obedecendo aos seguintes parâmetros:

Liquidez Geral > 1

$$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{ATIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

Liquidez Corrente > 1

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Solvência Geral > 1

ATIVO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

10.6.1. Declaração de garantias oferecidas pelo integral e correto cumprimento de todas as obrigações assumidas e que lhe são afetas em razão da presente licitação, equivalente a no mínimo 5% (cinco por cento) do valor da proposta, sendo a modalidade da garantia de livre escolha da licitante, dentre as previstas no art. 56, da Lei n.º 14.133/2021, ou seja, caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; seguro-garantia; ou fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

10.6.2. Em caso de caução em dinheiro, o licitante deverá entrar em contato por meio do e-mail constante no preâmbulo deste edital para obtenção de informações quanto a conta para depósito no advento da contratação.

10.7.A documentação referente à Regularidade Fiscal (Art. 20, Decreto n. 8.241/2014) consistirá em:

10.7.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal do domicílio ou sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei; e,

10.7.2. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que comprove situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

10.8. A documentação referente a Qualificação Técnica (Art. 21, Decreto n. 8.241/2014) consistirá em:

10.8.1. Comprovação de registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente e sua quitação quanto ao ano exigível na forma de Lei.

10.8.2. Comprovação, por meio de Atestado Técnico-Operacional em nome do licitante, demonstrando aptidão do interessado para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da seleção pública.

10.8.3. Comprovação de que possui ou possuirá em seus quadros na data da contratação os seguintes profissionais, que comporão a equipe técnica mínima:

- a) coordenador geral e coordenador de campo.
- b) A comprovação do item anterior poderá se dar por vínculo registrado em carteira de trabalho, contrato de trabalho válido, participação como sócio, registro como responsável técnico junto ao Órgão de Classe acompanhado de contrato de trabalho e/ou declaração de compromisso do profissional de

que fará parte da equipe técnica mínima a partir da data de assinatura do contrato, conforme modelo em anexo XI.

10.9. Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal.

10.9.1. Declaração da empresa, assinada pelo representante legal, observado o disposto no item 4 deste Edital, de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e na forma da Lei nº 9.854, de 27/10/99 (Anexo VII).

10.9.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

10.10. Será desclassificado o licitante que apresentar documentação em desacordo com Edital e Termo de Referência.

10.11. Os documentos de habilitação deverão ser entregues preferencialmente na ordem em que foram pedidos e com todas as folhas rubricadas pelo representante da empresa.

11. RECURSOS (Art. 30 do Decreto n. 8.241/2014) - FASE ÚNICA

11.1. Os participantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação manifestarão imediatamente, após o término da sessão, a sua intenção de recorrer.

11.2. As empresas que manifestarem intenção de interpor recurso poderão fazer vistas dos documentos das demais empresas constantes dos Envelopes 1, 2 e 3, sendo vedado fotos e/ou cópia dos documentos.

11.3. Será concedido à empresa que manifestar intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação dos memoriais. O recurso deverá ser protocolado na sede da FINATEC.

11.4. As demais empresas ficam, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões no mesmo prazo, a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos que estarão disponíveis na sede da FINATEC.

11.5. A falta de manifestação imediata da empresa importará a decadência do direito de recurso.

11.6. O recurso contra a decisão da Comissão de Seleção não terá efeito suspensivo.

11.7. Os recursos apresentados sem assinatura ou identificação do subscritor ou aqueles assinados por quem não seja representante legal da empresa não serão considerados.

11.8. Não serão reconhecidos os recursos interpostos enviados por fax ou email, sem motivação ou com os respectivos prazos legais vencidos.

12. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

12.1. Pela inexecução total ou parcial dos serviços, a FINATEC poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa vencedora as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência;

12.1.2. Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o estabelecido neste edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicado oficialmente;

12.1.3. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, no caso de descumprimento de quaisquer dos incisos do item 13 do Edital ou ainda nos casos previstos nos incisos IV até XII, do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a critério devidamente justificado”

12.1.3. inexecução total do objeto contratado ou ainda nos casos previstos nos incisos IV até XII, do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

12.1.4. Suspensão contratual, em face de descumprimentos recorrentes de quaisquer cláusulas deste edital ou do contrato;

12.1.5. Rescisão unilateral, em caso de descumprimento contumaz do contrato, desde que devidamente justificado nos termos deste edital e do contrato.

12.1.6. Suspensão temporária do direito de participar de Seleções Públicas e impedimento de contratar com a FINATEC, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

12.1.7. As multas previstas em item 12.1.2 e 12.1.3, quando somadas, não poderão ter valor inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado (inteligência do artigo 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021).

12.1.8. A aplicação das multas não implica na impossibilidade das demais sanções legais previstas neste instrumento.

12.1.9. As aplicações de penalidades considerarão a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Contratante e parceiros; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições e qualificações apresentadas em sua PROPOSTA, independente de outras que venham a ser estabelecidas;

13.2. Executar o serviço em conformidade como o presente Edital e seus anexos, nos prazos previstos neste Edital e no cronograma físico- financeiro;

13.3. Designar preposto para responder às solicitações durante a execução do Contrato;

13.4. Proceder à correção de erros ou falhas que forem constatados na execução dos serviços, sem ônus adicional para a CONTRATANTE. Caso a CONTRATADA comprove que o erro ou falha seja decorrente da CONTRATANTE, o serviço será remunerado normalmente, desde que comprovadamente registrada em especificação fornecida pela mesma;

13.5. Providenciar a substituição dos profissionais que apresentem comportamento inadequado ou prejudicial ao serviço, sem custos adicionais para a CONTRATANTE;

13.6. Seguir normas, políticas e procedimentos da CONTRATANTE e dos PARCEIROS, no que concerne a execução do objeto deste Edital;

13.7. Executar o serviço contratado, de acordo com os respectivos cronogramas e metodologias aceitos pela CONTRATANTE no Plano do Trabalho;

13.8. Responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto do contrato, arcar com os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução dos serviços, respondendo integralmente pelo ônus decorrente de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, o que não exclui nem diminui a responsabilidade pelos danos que se constatarem, independentemente do controle e fiscalização exercidos pela CONTRATANTE;

13.9. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, quaisquer anormalidades, que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias;

13.10. Recrutar e contratar mão de obra especializada, qualificados e em quantidade suficiente à perfeita prestação dos serviços, em seu nome e sob sua responsabilidade;

13.11. Manter vínculo com todos os colaboradores indicados como equipe técnica na proposta durante toda a vigência do contrato e somente substituí-los na forma prevista no Edital;

13.12. Efetuar os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes da sua condição de empregadora;

13.13. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e a quaisquer outras derivadas ou conexas com o Contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, inexistente qualquer vínculo empregatício entre seus colaboradores e/ou preposto e a CONTRATANTE;

13.14. Atender aos prazos estabelecidos e acordados nas Ordens de Serviço abertas pela CONTRATANTE;

13.15. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações e dados, contidos em quaisquer documentos, que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que venham a ocorrer;

13.16. Responder pelo cumprimento dos postulados legais, cíveis, trabalhistas e

tributários vigentes no âmbito federal, estadual, municipal ou Distrital;

13.17. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;

13.18. Emitir as Notas Fiscais para recebimento dos pagamentos, de acordo com a legislação aplicável quando da entrega do produto;

13.19. Corrigir eventuais problemas da execução do contrato, que sejam constatados pelos Fiscais, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da sua notificação;

13.20. Citar BID, GEF e Fundação Florestal em qualquer produto, divulgação ou proposição que fizer referência ao Projeto Conexão Mata Atlântica

13.21 – Tratar a todos os funcionários da FINATEC e todos aqueles vinculados ao projeto junto aos parceiros com urbanidade, respeito e educação, sendo vedado, em qualquer hipótese, atitudes agressivas, sem cordialidade ou em desacordo com os bons costumes;

13.22 – Permitir, sem quaisquer entraves ou intermediários (mesmo representantes da empresa) o contato direto com quaisquer funcionários da CONTRATADA para averiguação de fatos e atos eventualmente praticados por esses funcionários, que possam ou não constituir irregularidades, e que sejam, direta ou indiretamente, relacionados a execução contratual, visando esclarecimentos dos mesmos; e

13.23 – Em decorrência de normas de compliance e em observância aos Princípios da Probidade e da Boa-Fé, permitir e facilitar, em caso de respostas a questionamentos, solicitação de documento ou oitivas pessoais de quaisquer funcionários ou agentes atuando sob qualquer pretexto em nome da CONTRATADA, requeridas pela CONTRATANTE, em procedimentos de apurações preliminares ou sindicâncias, sobre fatos narrados por quaisquer cidadãos que possam constituir possíveis irregularidades vinculados à atuação da empresa ou vinculados ou decorrentes da prestação de serviços, com a finalidade de possibilitar a correta apuração dos fatos, sempre sendo permitido a ampla defesa e contraditório na forma estabelecida nos procedimentos.”

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Fiscalizar, com o apoio dos PARCEIROS, o perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Edital e do Contrato;

14.2. Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre as possíveis irregularidades observadas no decorrer da prestação dos serviços para a imediata adoção das providências destinadas a sanar os problemas eventualmente ocorridos;

14.3. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o que estabelecem o Edital e o Contrato;

14.4. Atestar as notas fiscais/faturas desde que tenham sido entregues conforme estipulado no contrato, encaminhar as notas fiscais e/ou faturas, devidamente atestadas, para pagamento no prazo determinado;

14.5. Comunicar a CONTRATADA para que seja efetuada a substituição de empregado que, por qualquer motivo, não esteja correspondendo ao acordado;

14.6. Efetuar os pagamentos, no prazo e nas condições indicadas neste instrumento, dos serviços que estiverem de acordo com as especificações, comunicando à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos;

14.7. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA; e

14.8. Fornecer em tempo hábil todos os dados técnicos e informações de sua responsabilidade, necessários à execução do serviço.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em até 10 (dez) dias úteis após entrada da nota fiscal com emissão correta na FINATEC e o atesto de recebimento dos serviços pelo coordenador do Projeto.

15.2. Para tanto, a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal correta, contendo a descrição dos serviços prestados.

15.3. Se a nota fiscal for emitida em desacordo com a legislação vigente, será devolvida para correções, implicando na interrupção da contagem do prazo para pagamento, que será reiniciado após a apresentação da nota fiscal correta.

15.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira/técnica que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da empresa vencedora, farão parte integrante do Contrato, independente de transcrição.

16.2. A autoridade competente determinante da contratação poderá revogar esta Seleção Pública, total ou parcialmente, por razões de interesse da Fundação, sem que caiba indenização às empresas em consequência da revogação.

16.3. As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

16.4. A empresa que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme disposto no Art. 29 do Decreto n. 8.241/2014.

16.5. É facultado ao Membro da Comissão de Seleção da FINATEC:

16.5.1. A promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da Seleção Pública, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar obrigatoriamente nos envelopes.

16.5.2. Releva erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação dos proponentes, desde que sejam irrelevantes, não firmam o Edital, não prejudique o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação.

16.5.3. Convocar os participantes para quaisquer esclarecimentos porventura

necessários ao entendimento de suas propostas.

a) Os participantes intimados para quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Comprador, sob pena de desclassificação/inabilitação.

16.5.4. Suspender a sessão para realização de diligências e/ou análise da documentação das propostas.

16.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

16.7. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação deste Edital terá que ser encaminhado, por escrito, no e-mail compras.mataatlantica@finatec.org.br, até o dia 15 de janeiro de 2024.

16.8. Todos os assuntos referentes a esta Seleção Pública serão publicados no sítio da fundação www.finatec.org.br.

16.9. Constituem parte integrante deste instrumento convocatório:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MODELO DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPRESA MENOR;

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO FATOS IMPEDITIVOS;

ANEXO IV – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO.

Brasília, 29 de dezembro de 2023.

Comissão de Seleção

ANEXO I

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 096/2023

TERMO DE REFERÊNCIA

Avaliação final do Projeto “Recuperação e Proteção de Serviços relacionados ao Clima e à Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica do Brasil- Conexão Mata Atlântica”.

1. Objeto da Contratação

Contratação de serviços técnicos especializados de pessoa jurídica para avaliação final do Projeto “Recuperação e Proteção dos Serviços Relacionados ao Clima e Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica do Brasil -Conexão Mata Atlântica”

2. Contexto

O Projeto GEF - Conexão Mata Atlântica é coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), Fundação Florestal (FF) e FAPESP em São Paulo, a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA) no Rio de Janeiro e o Instituto Estadual de Florestas (IEF) em Minas Gerais. Para os fins do Convênio de Financiamento GRT/FM-14550-BR, a execução do Projeto e a utilização dos recursos do financiamento não reembolsável do Banco são efetuadas pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC), que para os fins de dito Convênio é denominada "Órgão Executor".

O objetivo do Projeto é contribuir para a recuperação e preservação dos serviços climáticos e de biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica (MA) do Brasil, por meio da preservação e aumento do sequestro de carbono e da proteção da biodiversidade, reconectando fragmentos florestais, melhorando a resiliência dos ecossistemas e fortalecendo a capacidade de conservação.

O Projeto está organizado em 03 (três) componentes:

Componente 1 (C1): fortalecimento da capacidade institucional para manejo e monitoramento dos estoques de carbono e da biodiversidade, que apoiará a adoção de sistemas de monitoramento do uso e mudanças de uso da terra na Mata Atlântica, o desenvolvimento da pesquisa necessária para gerar modelos práticos de manejo de estoques de carbono, além de elaborar uma base de dados. O MCTI, como responsável direto pelo Componente 01, também irá desenvolver e implementar um sistema de monitoramento para avaliar os métodos e estratégias utilizadas, além de avaliar os impactos e resultados obtidos pelo projeto.

Componente 2 (C2): aumento dos estoques de Carbono nas Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul, destina-se a incentivar, por meio da implementação de esquemas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), a recuperação e o aumento dos estoques de carbono, recompensando os proprietários de imóveis rurais pela adoção de práticas produtivas e de conservação que melhoram a capacidade de sequestrar carbono no mosaico de paisagem agrícola e florestal.

Componente 3 (C3): Aumento da eficácia e sustentabilidade financeira das Unidades de Conservação (UCs) ao longo do Corredor da Serra do Mar e promoção de atividades econômicas sustentáveis em Zonas de Amortecimento.

As intervenções ocorrem em 9 (nove) áreas focais no corredor sudeste da Mata Atlântica (Anexo I), nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, por meio da implementação de ferramentas de incentivo à recuperação e conservação dos serviços ecossistêmicos:

- a) Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA);
- b) Cadeia de Valor Sustentável;
- c) Certificação;
- d) Salto Tecnológico na Produção Rural.
- e) Aumento da eficácia e sustentabilidade financeira das Unidades de Conservação (UCs);
- f) Restauração ecológica e sistemas agroflorestais.

3. Justificativa

O projeto Conexão Mata Atlântica destina-se a incentivar, por meio da implementação de esquemas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), a recuperação e o aumento dos estoques de carbono em áreas prioritárias ao longo da Bacia do Paraíba do Sul (BRPS), compartilhada pelos três Estados participantes (SP, RJ, MG). Os componentes 2 e 3 são integrados pelos estados de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Minas Gerais (MG). Os estados de SP e RJ implementam os esquemas de PSA locais com características específicas promovendo o incremento da conservação da biodiversidade e a recuperação dos estoques de carbono em áreas frágeis. Em Minas Gerais são executadas ações que envolvem a restauração de florestas nativas e de áreas produtivas, conservação ambiental baseado em ações de cercamento e fornecimento de mudas. Ainda em SP há o objetivo de melhorar a gestão e a sustentabilidade financeira das unidades de conservação localizadas no corredor sudeste da Mata Atlântica. Os três estados desenvolvem ações de capacitação.

O componente 1 é responsável pelo sistema de Monitoramento & Avaliação por Resultados

do Projeto assegurando que as atividades propostas sejam realizadas de forma eficaz e que os resultados esperados sejam alcançados.

Como explicitado no Convênio de Financiamento GRT/FM-14550-BR, firmado entre todos os entes do projeto, a avaliação final deve ser apresentada durante os últimos seis meses do Prazo de Execução e abrangerá o alcance geral dos resultados e impactos verificados do Projeto, assim como o cumprimento dos objetivos do Projeto (Cláusula 4.06.iii).

A avaliação será realizada com base nas metas traçadas na Matriz de Resultados, nos Planos Operacionais Anuais, no desempenho financeiro sob ótica de relevância, eficiência, eficácia e sustentabilidade.

4. Objetivo da Consultoria

O objetivo da consultoria é realizar a avaliação final do projeto em relação aos objetivos e aos resultados previstos no projeto, utilizando como elemento chave a matriz de resultados original do projeto.

A avaliação utilizará os critérios de relevância, eficácia e eficiência. Também se avaliará a probabilidade de sustentabilidade dos resultados, e o sistema de monitorização e avaliação do projeto.

A avaliação destacará o quanto as atividades do projeto contribuíram para o atingimento dos produtos, resultados e os impactos.

De acordo com as diretrizes do GEF, as avaliações finais devem fornecer uma descrição completa e sistemática do desempenho de um projeto concluído, abrangendo a sua concepção, execução e consecução dos objetivos. Espera-se que: promovam a responsabilização e transparência; facilitem a síntese das lições; forneçam *feedback* para permitir que o Gabinete de Avaliação Independente (IEO) do GEF identifique questões recorrentes em todo o portfólio do GEF; e, contribuam para as bases de dados do IEO do GEF para agregação e análise.

5. Metodologia e âmbito da avaliação final

O âmbito de uma avaliação final dependerá da teoria da mudança do projeto, dos seus objetivos, atividades apoiadas, concepção e implementação de Monitoramento e avaliação (M&A) e o contexto em que o projeto foi concebido e implementado. O relatório da avaliação final esclarecerá as questões-chave a que a avaliação procura responder, as intervenções avaliadas, a cobertura geográfica e demográfica, os métodos utilizados e o período de tempo coberto pela análise.

A teoria da mudança de um projeto fornece uma base para a avaliação da teoria e dos resultados. O relatório da avaliação final incluirá uma descrição da teoria da mudança do projeto, incluindo uma descrição dos resultados, dos estados intermédios e dos impactos ambientais previstos a longo prazo do projeto; as vias causais para os

impactos a longo prazo; e, os pressupostos implícitos e explícitos. O(s) objetivo(s) do projeto também devem ser incluídos na teoria da mudança.

A teoria da mudança é uma estrutura conceitual que descreve como uma intervenção ou programa pretende alcançar seus objetivos e criar impacto. Ela mapeia as relações de causa e efeito entre as atividades realizadas, os produtos gerados, os resultados intermediários e os resultados finais esperados. A teoria da mudança é fundamental para entender como e por que uma intervenção funciona.

A teoria da mudança terá como base os resultados definidos para cada componente na documentação de implementação do projeto, especialmente na Matriz de Resultados do Projeto

Se deverá avaliar até que ponto os resultados esperados foram alcançados e até que ponto a sua realização dependia da entrega dos produtos do projeto. Devem também avaliar os fatores que afetaram a consecução dos resultados, por exemplo concepção do projeto, ligações do projeto com outras atividades, extensão e materialização do cofinanciamento, envolvimento das partes interessadas, etc.

A avaliação deverá identificar até que ponto os principais produtos esperados foram realmente alcançados. Deve também identificar e avaliar os fatores que afetaram a entrega dos produtos. Os produtos deverão ser avaliados em relação aos estágios de concepção e implementação de maneira separada.

Como parte da avaliação do projeto, a consultoria deverá realizar uma análise custo-eficiência e comparar os resultados com a análise realizada ex-ante.

Como parte da avaliação, a consultoria deverá realizar uma pesquisa de campo para uma amostra dos beneficiários do projeto.

A consultoria terá em consideração o desempenho do BID como agência GEF e das entidades executoras do projeto. A qualidade da implementação diz respeito ao papel e às responsabilidades desempenhadas pelas Agências do GEF que têm acesso direto aos recursos do GEF. A qualidade da execução diz respeito aos papéis e às responsabilidades desempenhadas pelos países ou contrapartes regionais que receberam fundos do GEF das Agências do GEF e executaram as atividades financiadas no local.

A avaliação deverá fornecer algumas lições bem formuladas, baseadas na experiência do projeto e aplicáveis ao tipo de projeto em mãos, ao portfólio geral do GEF e/ou aos sistemas e processos do GEF. Identificar exemplos de boas práticas na concepção e implementação do projeto que levaram ao envolvimento efetivo das partes interessadas, à adoção mais ampla e bem-sucedida de iniciativas apoiadas pelo projeto pelas partes interessadas e a impactos ambientais em grande escala. Os avaliadores devem descrever os aspectos do desempenho do projeto que funcionaram bem, juntamente com as razões para que isso acontecesse. Devem discutir onde essas boas práticas podem ou não ser replicadas.

As fontes de informação serão disponibilizadas no item 10.

6. Atividades e Produtos da Consultoria

6.1. Atividades

- a) Caracterizar as ações desenvolvidas no âmbito do projeto, incluindo o pagamento por serviços ambientais utilizadas para desenvolver/promover/otimizar a conservação, como regeneração, restauração, certificação e cadeia de valor sustentável nas áreas de Mata Atlântica;
- b) Revisar os documentos relevantes do projeto, citados no item 10;
- c) Efetuar visitas às áreas abrangidas pelo Projeto, para entrevistas semiestruturadas contando minimamente com 300 produtores rurais além de todos os coordenadores dos componentes do projeto (6 coordenadores)
- d) Especificar os dados a serem utilizados;
- e) Avaliar o projeto em termos relevância, eficiência e eficácia;
- f) Avaliar a probabilidade de sustentabilidade dos resultados;
- g) Identificar se a disponibilização de dados e informações referente ao projeto está adequada ao melhor uso por parte dos tomadores de decisão e sociedade em geral;
- h) Desenvolver análises para cenários futuros, considerando tanto a continuidade quanto a descontinuidade do Projeto;
- i) Avaliar em relação à capacidade do Projeto de prover insumos para o desenho e a execução das políticas públicas de conservação ambiental e de desenvolvimento regional sustentável do bioma Mata Atlântica, considerando tanto a continuidade quanto a descontinuidade do Projeto.
- j) Avaliar como as considerações de gênero, salvaguardas ambientais e sociais, e a gestão de conhecimento do projeto foram abordadas desde sua concepção até a implementação. Esta análise não requer uma classificação.
- k) Incluir mapas georreferenciados relevantes, por exemplo, com as áreas planejadas e as áreas realmente cobertas pelo projeto.

6.2. Produtos

Para todos os produtos indicados nos itens 6.2.2, 6.2.3 e 6.2.4 deve-se relacionar aos resultados indicados no item 5 deste Termo de referência, integrando os resultados de todos os componentes do projeto.

6.2.1. Plano de Trabalho

- a) Documento técnico que contenha, métodos e as principais avaliações que poderão ser desenvolvidas no âmbito do projeto e os instrumentos de coleta de dados a serem utilizados, com respectivo cronograma das atividades, desenvolvimento e entrega dos produtos.

- b) No plano de trabalho, também devem ser indicadas as metodologias propostas para execução dos produtos previstos a serem executados, tais como: oficinas, visitas a campo, aplicação de questionários, entrevistas, entre outros, a fim de coletar dados junto aos *stakeholders*, tais como: gestores de projeto, técnicos de projeto, proprietários rurais, gestores públicos (prefeituras etc), parceiros, entre outros. Também no plano de trabalho deve constar quais produtos utilizarão técnicas de aplicação de questionários, entrevistas, entre outros.
- c) Para a aplicação de questionários e entrevistas, os roteiros devem ser semiestruturados, previamente aprovados pela Contratante. Todos os dados coletados deverão ser tabulados em banco de dados. Preferencialmente, as respostas deverão ser apresentadas de forma quantitativa, com ênfase nas questões qualitativas, e o conteúdo subjetivo deverá ser consolidado em relato conciso, porém completo.
 - a. Deverão ser entrevistados minimamente todos os coordenadores dos componentes do projeto (6 coordenadores) e 300 proprietários rurais participantes indicadas deve ser baseada em amostras estatísticas suficientes para representar o universo de proprietários apoiados pelo projeto a saber, no mínimo:

6.2.2. Análise do projeto mediante sua relevância:

- a) Avaliar a relevância dos objetivos do projeto e da forma como o projeto foi concebido e como os objetivos e a proposta do projeto ficou refletido nos seus indicadores da matriz de resultados. Incluir descrição e análise da teoria de mudança de acordo com as Guias GEF.
- b) Documento caracterizando as ações desenvolvidas no Conexão Mata Atlântica, indicando a área de abrangência e atuação, em termos de relevância para atingimento dos resultados;
- c) A concepção do projeto foi adequada para entregar os resultados esperados?
- d) Avaliar se as recomendações da avaliação de meio termo foram seguidas e implementadas pelos componentes;
- e) Atualização das revisões dos tipos de riscos ou classificações dos riscos citados em documentos como revisão de meio termo, revisão de carteira e relatórios de progresso;
- f) Deverá responder se os resultados do projeto foram congruentes com as áreas focais/estratégicas do programa operacional do GEF, prioridades nacionais e mandatos das Agências.
- g) Avaliar as especificidades dos modelos de PSA desenvolvidos no projeto para responder ao contexto estadual no qual estão inseridos;
- h) Indicação de como os produtos e serviços do Projeto subsidiam a formulação de políticas públicas, tanto federais quanto regionalizadas (estaduais e municipais).
- i) Avaliar os arranjos de execução do projeto.

6.2.3. Avaliação do projeto em termos de eficácia; avaliação do Monitoramento

e Avaliação; e avaliação da sustentabilidade:

6.2.3.1. Eficácia

- a) Deverão ser conduzidas análises visando responder até que ponto os resultados reais do projeto foram proporcionais aos resultados esperados, utilizando a matriz de resultados original e a matriz de resultados incluída no Sistema de Monitoramento do BID (PMR);
- b) Esta seção avalia até que ponto os objetivos que foram definidos para o projeto foram atingidos. A avaliação de eficácia deverá ser feita para cada um dos objetivos específicos do projeto. Para cada indicador de resultado, a avaliação terá que apresentar informações com base em evidência ou em análises com base na teoria e revisão da literatura.
- c) Analisar os impactos do projeto nos beneficiários diretos e indiretos incluindo agricultores, comunidades locais e outros atores envolvidos no programa de pagamentos por serviços ambientais;
- d) Avaliar até que ponto os produtos esperados foram realmente alcançados.
- e) Avaliar como o programa respondeu a desafios e adversidades ao longo de sua implementação e como se adaptou para garantir a eficácia contínua;

6.2.3.2. Monitoramento e Avaliação (M&A)

- f) O plano de M&A apresentado no momento do endosso pelo CEO era prático e suficiente? Incluiu dados de linha de base?
 - a) Verificar se os mecanismos de monitoramento e avaliação foram bem implementados para acompanhar o progresso do projeto e ajustar estratégias conforme necessário;
 - b) Indicar se o sistema de Monitoramento e Avaliação (M&A) funcionou de acordo com o plano de M&A e quais alternativas foram utilizadas caso tenha sido necessária alguma adaptação;
 - c) Avaliar se as metas do sistema de Monitoramento e Avaliação (M&A) foram claras e os indicadores apropriados (SMART158) para rastrear os resultados ambientais, de gênero e socioeconômicos;
 - d) Avaliar se a abordagem metodológica foi adequada e especificar se a organização prática e logística das atividades de M&A;
- j) Avaliar a eficiência dos sistemas de monitoramento e avaliação estabelecidos, assegurando que sejam capazes de coletar dados relevantes e precisos para acompanhar o progresso e o desempenho do programa.
- k) Sempre que necessário, se o plano de Monitoramento e Avaliação (M & A) foi revisto em tempo útil?
- l) Os recursos para M&A foram suficientes?
- m) Resumo dos resultados do acompanhamento dos impactos e riscos estratégicos socioambientais;

6.2.3.3. Sustentabilidade

- g) Analisar se os resultados alcançados pelo PSA são sustentáveis ao longo do tempo e se o programa estabeleceu bases sólidas para a continuidade das ações de conservação ambiental;
- h) Identificar como as lições aprendidas durante o projeto foram aplicadas para melhorar a efetividade e eficiência das intervenções. Análise de informações sistematizadas que evidencie a utilidade do Projeto para os stakeholders: instituições Federais, Estaduais e Municipais, instituições de pesquisa, confederações de municípios e Organizações Não Governamentais.

6.2.4. Avaliação do projeto em termos de eficiência; análise financeira e Avaliação dos modelos de PSA

- e) O projeto teve uma boa relação custo/eficiência? Realizar uma análise custo eficiência, e comparar os resultados com aqueles obtidos na avaliação ex-ante (disponível no documento RECOVERY AND PROTECTION OF CLIMATE AND BIODIVERSITY SERVICES IN THE SOUTHEAST ATLANTIC FOREST CORRIDOR OF BRASIL N. 5 AVALIAÇÃO ECONÔMICA);
- f) Como é que a equação custo/tempo do projeto versus produção/resultados se compara à de projetos semelhantes?
- g) Analisar como os recursos financeiros foram distribuídos e alocados ao longo do projeto. Verificar se houve utilização eficiente dos recursos, focando nos resultados ambientais pretendidos;
- h) Avaliar como os custos operacionais do programa foram administrados e se as despesas foram mantidas dentro de limites razoáveis, garantindo que não haja desperdício ou gastos excessivos;
- i) Verificar se o PSA foi projetado para ser inclusivo, considerando comunidades vulneráveis, garantindo que todos tenham oportunidades de participar e se beneficiar do programa;

6.2.4.1. Análise financeira

- j) Indicação da execução financeira do projeto, por componente e fonte de recursos (BID, Governo Federal e Estados; órgão estadual ou municipal setor privado, caso venham a ser reconhecidas como eventual contrapartida). Atualizar a Tabela C do documento de “Request for CEO Endorsement” sobre cofinanciamento, incluindo valores de desembolso da revisão de meio termo, e o cofinanciamento materializado na etapa de encerramento do projeto;
- k) Grau de desempenho e qualidade dos processos de preparação, revisão e aprovação dos projetos com revisão ex-post pelo BID, quando couber;
- l) Grau de cumprimento das cláusulas do Convênio de Financiamento não - reembolsável;
- m) Resumo dos resultados das auditorias sobre as demonstrações financeiras, processo de aquisições, requerimentos de desembolsos submetidos ao BID e sistema de controle interno;

6.2.4.2 Avaliação dos modelos de PSA

- n) Verificar se o PSA foi projetado de forma a minimizar os custos de transação, como taxas de administração, custos legais e burocráticos, para que uma proporção significativa dos recursos alcance diretamente os beneficiários ambientais;
- o) Avaliar a eficiência das atividades implementadas para alcançar os objetivos do PSA, incluindo os processos de identificação de áreas prioritárias para conservação, a seleção de beneficiários, o monitoramento e a verificação dos resultados alcançados;
- p) Verificar a rapidez com que o projeto respondeu aos desafios e oportunidades ao longo de sua implementação, garantindo que as ações sejam tomadas de forma oportuna para maximizar os resultados;

6.2.5. Relatório final

O relatório final deverá conter avaliação com base na medida em que os objetivos do projeto foram alcançados. É utilizada uma escala de avaliação com seis pontos para avaliar os resultados gerais (segundo DIRETRIZES PARA A POLÍTICA DO CICLO PARA PROJETOS E PROGRAMAS - ATUALIZAÇÃO DE 2020 - pg. 106):

- Muito satisfatório (HS): O nível dos resultados alcançados excede claramente as expectativas e/ou não houve falhas.
- Satisfatório (S): O nível dos resultados alcançados foi o esperado e/ou não houve falhas ou apenas pequenas falhas.
- Moderadamente satisfatório (MS): O nível dos resultados alcançados foi mais ou menos o esperado e/ou houve algumas falhas.
- Moderadamente insatisfatório (MU): O nível dos resultados alcançados foi um pouco inferior ao esperado e/ou houve falhas significativas.
- Insatisfatório (U): O nível dos resultados alcançados foi substancialmente inferior ao esperado e/ou houve falhas importantes.
- Muito insatisfatório (HU): Apenas foi alcançado um nível insignificantes dos resultados e/ou houve falhas graves.
- Impossível de avaliar (UA): As informações disponíveis não permitem fazer uma avaliação do nível de consecução dos resultados.

Também integram o relatório final :

- a) Relatório técnico que inclua a descrição dos métodos e dos dados utilizados nas análises, os resultados e discussão, as avaliações e as recomendações de política pública derivadas dos resultados alcançados e conclusões;

- b) Indicação das lições aprendidas referente às ações desenvolvidas e recomendações identificadas. O tópico deve ser abordado com intuito de nortear o desenvolvimento de projetos futuros semelhantes ao Conexão Mata Atlântica.
- c) Resumo executivo das avaliações e principais destaques e contribuições a partir do documento técnico;
- d) Classificações de: sustentabilidade, Monitorização e Avaliação, e de Implementação e Execução do Projeto, baseado no documento Diretrizes para as a Política do Ciclo para Projetos e Programas – Atualização de 2020 Anexo 12.
- e) Aspectos socioambientais: Analisar os efeitos do PSA sobre o bem-estar das comunidades locais, incluindo melhorias nas condições de vida, renda, acesso a serviços básicos e emprego sustentável.
- f) Atualizar as ferramentas de rastreamento do projeto das áreas focais correspondentes: Biodiversidade (BD), mudança climática (CC). Ver ferramentas de rastreamento atualizadas no relatório de revisão de Meio Termo do projeto;
- g) Tradução: a versão final do relatório técnico e do resumo executivo deve ser entregue em versões português e inglês;
- h) Após a aprovação do relatório, a empresa deve apresentar proposta para três apresentações, uma por estado, para apresentação dos resultados para os proprietários rurais apoiados pelo projeto. As apresentações feitas nos estados devem ser gravadas e o arquivo da gravação bem como link deve ser disponibilizado para a contratante.

6.2.6. Apresentação dos produtos

No que concerne à apresentação dos produtos:

- a) Todos os arquivos deverão ser fornecidos abertos para formatação e sem senha de proteção, incluindo arquivos inseridos no corpo do texto dos relatórios (tais como figuras, tabelas, gráficos etc.) que devem ser entregues também em seu formato original;
- b) Todas as fotos, imagens, gráficos etc. inseridos no corpo do texto de relatórios deverão ser entregues à parte, em seus formatos digitais originais;
- c) As fotografias deverão ser registradas em alta resolução e disponibilizadas em formato original “.png” e/ou “jpeg”, e em arquivos nomeados como indicadas no relatório que estejam contidas bem como a página;
- d) A formatação dos documentos deverá observar o modelo a ser aprovado pela contratante. Todos os dados devem vir referenciados, com relação de referências bibliográficas em forma de banco de dados, citadas e listadas também no formato ABNT ou similar;
- e) Estão previstas, no mínimo, 7 (sete) reuniões com a Contratante, entre presenciais e remotas, para acompanhamento da execução das atividades: uma reunião de início de execução, logo após a assinatura de contrato e, pelo menos, uma reunião ao final de cada produto, antes da aprovação.

8. Prazo de Contratação

8.1. O contrato terá duração de 6 (seis) meses a contar da data de assinatura.

8.2. Cronograma Físico-Financeiro

Item	Produtos	Prazo de entrega	Pagamento %
1	Plano de trabalho	Até 20 dias após a assinatura do contrato	10
2	Análise do projeto mediante sua relevância	Até 60 dias após a assinatura do contrato	20
3	Avaliação do projeto em termos de eficácia; avaliação do Monitoramento e Avaliação; e avaliação da sustentabilidade	Até 120 dias após assinatura do contrato	20
4	Avaliação do projeto em termos de eficiência; análise financeira e Avaliação dos modelos de PSA	Até 160 dias após a assinatura do contrato	20
5	Relatório final – português e inglês	Até 180 dias após assinatura do contrato	30

9. Requisitos técnicos exigidos por proponente

Para a realização das atividades a proponente deverá demonstrar experiência comprovada e capacidade institucional em:

- Avaliações de impacto baseadas evidências, de projetos públicos ambientais e de desenvolvimento regional sustentável;
- Monitoramento e Avaliação (M&A) de políticas públicas ambientais e de desenvolvimento regional sustentável;
- Políticas públicas brasileiras para conservação ambiental e desenvolvimento regional sustentável;
- Sistemas de monitoramento e gerenciamento de banco de dados em diversos formatos;
- Análise estatística de dados e informações georreferenciadas;
- Experiência comprovada em planejamento e aplicação de pesquisas em campo, de entrevistas e estruturação de dados.

9.1. Qualificação e experiência profissional da equipe

A proponente deve possuir corpo técnico formado por profissionais com nível superior, com experiência comprovada. Para efeito de classificação a proponente deverá apresentar equipe mínima de execução das atividades exigidas neste Termo de

Referência, conforme a seguir:

9.1.1. Equipe Técnica Mínima:

- a) Profissional com graduação, especialista em Projetos e Políticas Públicas, com experiência comprovada de estudo ou projetos que abordaram monitoramento e avaliação de impacto e retorno econômico e socioambiental;
- b) Profissional com graduação, especialista em Análise de Dados, com experiência comprovada de estudos ou projetos que abordaram monitoramento e avaliação de impacto e retorno econômico e socioambiental de projetos;
- c) Profissional com graduação em Economia ou áreas afins com enfoque em desenvolvimento sustentável, mecanismos de pagamento pela conservação de áreas e serviços ecossistêmicos, e com conhecimento em avaliação econômica.
- d) Profissional com graduação em Biologia ou Engenharia Florestal ou Agronomia, com experiência em análises da paisagem e métricas de conectividade.

10. Insumos disponibilizados

- a) As análises devem usar os dados e informações gerados pelo Projeto, além de dados complementares de outras fontes que forem necessárias para o adequado desenvolvimento das análises e avaliações. Todos os dados são públicos. Quando necessário, outros dados essenciais ao desenvolvimento dos trabalhos da consultoria, deverão ser solicitados à Unidade de Coordenação Central do Projeto (UCP), localizado na CGEB/ MCTI.
- b) Serão disponibilizados pela UCP localizado na CGEB/ MCTI:
 - I) Documento do Projeto: Proposta de Financiamento Não Reembolsável (BR-G1003) e anexos relevantes.
 - II) Convênio de Financiamento GRT/FM-14550-BR.
 - III) Documentos GEF ID 4843.
 - IV) Relatório de revisão de Meio Termo do Projeto e ferramentas de rastreamento do projeto atualizadas a meio termo,
 - V) Manual Operacional do Projeto (MOP);
 - VI) Dados produzidos no âmbito do projeto que também estão disponíveis no Portal do projeto (disponível em <https://conexaomataatlantica.mctic.gov.br/cma/portal/>);
 - VII) Documento de Avaliação do Projeto (*Project Appraisal Document* - PAD);
 - VIII) Relatórios de progresso semestral do Projeto e relatórios anuais de implementação (PIR);
 - IX) Plano Operacional Anual (POA);

X) Matriz de Gestão de Riscos do projeto e documento de salvaguardas ambientais e sociais.

XI) Revisão STAP, de PSA (<https://www.thegef.org/projects-operations/projects/4834>) (<https://www.thegef.org/projects-operations/projects/4834>)

XII) GEF DIRETRIZES PARA A POLÍTICA DO CICLO PARA PROJETOS E PROGRAMAS

(ATUALIZAÇÃO DE 2020):

<https://www.thegef.org/council-meeting-documents/guidelines-project-and-program-cycle-policy-2020-update>;

XIII) Impact Evaluation Plan - Recovery and protection of climate and biodiversity services in the Paraíba do Sul basin of the Atlantic Forest of Brazil (BR-G1003);

XIV) Matriz de resultados prevista para o projeto.

XV) Documento: RECOVERY AND PROTECTION OF CLIMATE AND BIODIVERSITY SERVICES IN THE SOUTHEAST ATLANTIC FOREST CORRIDOR OF BRASIL N. 5
AVALIAÇÃO ECONÔMICA

Fontes de informação disponível

* Documentos específicos contendo informações sobre o projeto bem como guia de metodologia para avaliação de projeto GEF, podem ser obtidos :

- Site do projeto Conexão Mata Atlântica :
<https://conexaomataatlantica.mctic.gov.br/cma/portal/>;
- Site do bid (project number : BR-G1003, Project title : Recovery and Protection of Climate and Biodiversity Services in Brazil's Southeast Atlantic Forest Corridor):
<https://www.iadb.org/pt/project/BR-G1003>
- GEF (GEF Project ID:4834):
<https://www.thegef.org/projects-operations/projects/4834>;
- GEF DIRETRIZES PARA A POLÍTICA DO CICLO PARA PROJETOS E PROGRAMAS (ATUALIZAÇÃO DE 2020):
<https://www.thegef.org/council-meeting-documents/guidelines-project-and-program-cycle-policy-2020-update>.

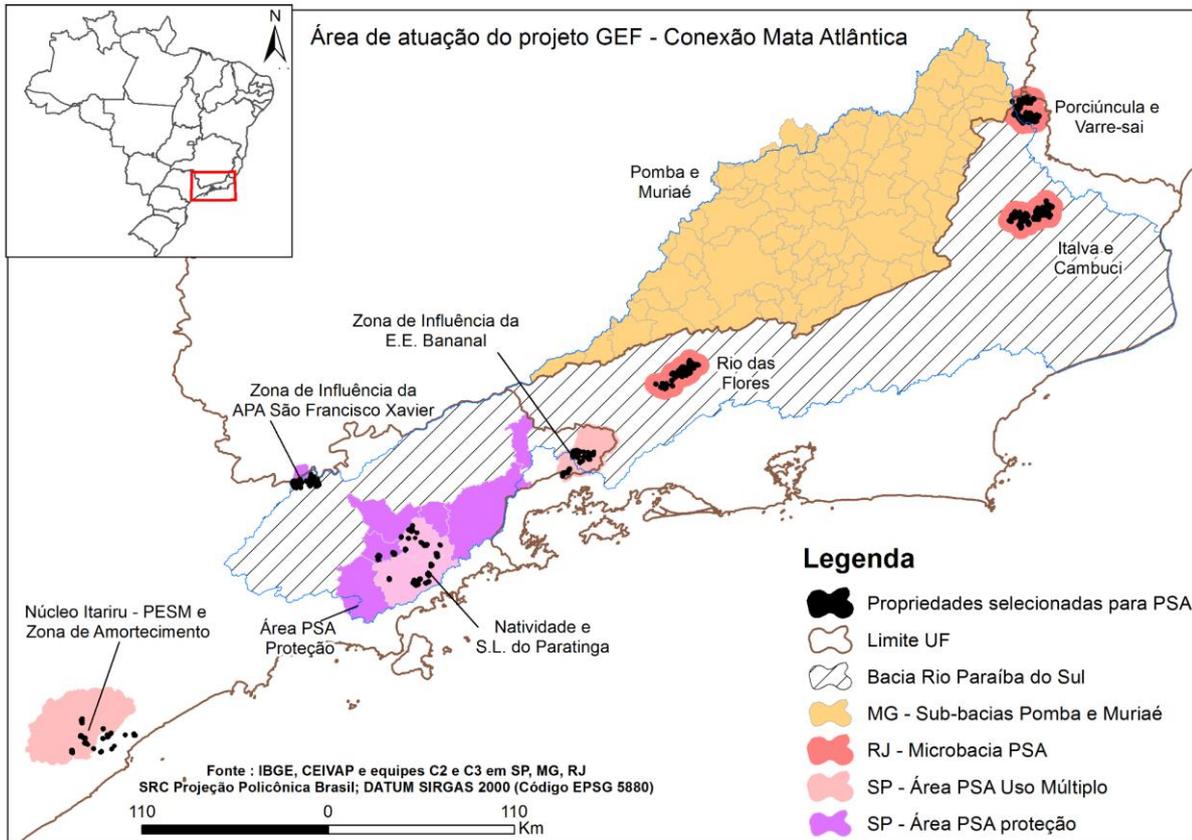
Como citado, outros documentos poderão ser fornecidos se forem essenciais para o alcance dos objetivos da consultoria.

11. Acompanhamento Técnico

Caberá à Unidade de Coordenação Central do Projeto (UCP), localizado na CGEB/ MCTI, o acompanhamento geral da consultoria, a responsabilidade direta pelo

acompanhamento técnico de todas as atividades e produtos contratados, assim como o recebimento dos produtos preliminares e finais. A consultoria deverá informar mensalmente o progresso das análises para a UCP.

Anexo II



ANEXO II
SELEÇÃO PÚBLICA Nº 096/2023
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHADOR MENOR EM CONDIÇÕES
PERIGOSAS, INSALUBRE OU NOTURNA

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, que não utilizamos mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utilizamos, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposições da Lei n.º 14.133/2021 e da Lei 9.854, de 27.10.1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05.09.2002.

(Cidade – UF), (dia) de (mês) de (ano).

Assinatura/Carimbo
do Representante Legal da Empresa
(Papel Timbrado da Empresa)

ANEXO III
SELEÇÃO PÚBLICA Nº 096/2023
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

_____ (Nome da empresa) _____, CNPJ nº

_____, sediada (endereço completo)

_____, DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação na presente seleção pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Cidade – UF), (dia) de (mês) de (ano).

Assinatura/Carimbo do
Representante Legal da Empresa
(Papel Timbrado da Empresa)

ANEXO IV
SELEÇÃO PÚBLICA Nº 096/2023
PROPOSTA DE PREÇOS

A

Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC

Prezados Senhores,

Declaramos que foram examinadas minuciosamente as especificações detalhadas no Edital e seus anexos, em especial no Anexo I - Termo de Referência, para atender à Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – Finatec, no âmbito da execução do Projeto Conexão Mata Atlântica.

Propomos, sob nossa integral responsabilidade, na forma prevista na Seleção Pública e seus anexos, pelo preço de R\$ _____ (valor por extenso), unitário e global.

(Cidade – UF), (dia) de (mês) de (ano).

Assinatura/Carimbo do
Representante Legal da Empresa
(Papel Timbrado da Empresa)

4. CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – Os recursos serão oriundos do projeto de Recuperação e Proteção dos Serviços Relacionados ao Clima e à Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata atlântica do Brasil – CONEXÃO Mata Atlântica, sendo provenientes de convênio de financiamento não reembolsável firmado com o Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF (BR G1003), sob responsabilidade executiva da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC.

4.2 – Poderão ainda ser utilizados recursos e contrapartidas complementares oriundos de doações ou aportes provenientes de parceiros institucionais/colaboradores do projeto CONEXÃO Mata Atlântica.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será realizado de acordo com o disposto no item 15 do Edital, mediante depósito bancário, em até 15 (quinze) dias úteis, após a entrada da Nota Fiscal na FINATEC, com emissão correta e o atesto do Fiscal do Projeto.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira/técnica que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não serão autorizados pagamentos na forma de adiantamentos ao contratado, ficando cada desembolso adstrito a uma parcela devidamente executada constante do cronograma de execução, após aceite pelo Fiscal do Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

6.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE, com o apoio dos PARCEIROS do projeto, são aqueles previstos no Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições e qualificações apresentadas em sua PROPOSTA, independente de outras que venham a ser estabelecidas;

7.2. Executar o serviço em conformidade como o presente Edital e seus anexos, nos prazos previstos neste Edital e no cronograma físico- financeiro;

7.3. Designar preposto para responder às solicitações durante a execução do Contrato;

7.4. Proceder à correção de erros ou falhas que forem constatados na execução dos serviços, sem ônus adicional para a CONTRATANTE. Caso a CONTRATADA comprove que o erro ou falha seja decorrente da CONTRATANTE, o serviço será remunerado normalmente, desde que comprovadamente registrada em especificação fornecida pela mesma;

7.5. Providenciar a substituição dos profissionais que apresentem comportamento inadequado

ou prejudicial ao serviço, sem custos adicionais para a

CONTRATANTE;

7.6. Seguir normas, políticas e procedimentos da CONTRATANTE e dos PARCEIROS, no que concerne a execução do objeto deste Edital;

7.7. Executar o serviço contratado, de acordo com os respectivos cronogramas e metodologias aceitos pela CONTRATANTE no Plano do Trabalho;

7.8. Responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto do contrato, arcar com os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução dos serviços, respondendo integralmente pelo ônus decorrente de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, o que não exclui nem diminui a responsabilidade pelos danos que se constatarem, independentemente do controle e fiscalização exercidos pela CONTRATANTE;

7.9. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, quaisquer anormalidades, que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias;

7.10. Recrutar e contratar mão de obra especializada, qualificados e em quantidade suficiente à perfeita prestação dos serviços, em seu nome e sob sua responsabilidade;

7.11. Manter vínculo com todos os colaboradores indicados como equipe técnica na proposta durante toda a vigência do contrato e somente substituí-los na forma prevista no Edital;

7.12. Efetuar os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes da sua condição de empregadora;

7.13. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e a quaisquer outras derivadas ou conexas com o Contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, inexistente qualquer vínculo empregatício entre seus colaboradores e/ou preposto e a CONTRATANTE;

7.14. Atender aos prazos estabelecidos e acordados nas Ordens de Serviço abertas pela CONTRATANTE;

7.15. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações e dados, contidos em quaisquer documentos, que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que venham a ocorrer;

7.16. Responder pelo cumprimento dos postulados legais, cíveis, trabalhistas e tributários vigentes no âmbito federal, estadual, municipal ou Distrital;

7.17. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;

7.18. Emitir as Notas Fiscais para recebimento dos pagamentos, de acordo com a legislação aplicável quando da entrega do produto; e

7.19. Corrigir eventuais problemas da execução do contrato, que sejam constatados pelos Fiscais, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da sua notificação.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

- 8.1. Fiscalizar, com o apoio dos PARCEIROS, o perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Edital e do Contrato;
- 8.2. Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre as possíveis irregularidades observadas no decorrer da prestação dos serviços para a imediata adoção das providências destinadas a sanar os problemas eventualmente ocorridos;
- 8.3. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o que estabelecem o Edital e o Contrato;
- 8.4. Atestar as notas fiscais/faturas desde que tenham sido entregues conforme estipulado no contrato, encaminhar as notas fiscais e/ou faturas, devidamente atestadas, para pagamento no prazo determinado;
- 8.5. Comunicar a CONTRATADA para que seja efetuada a substituição de empregado que, por qualquer motivo, não esteja correspondendo ao acordado;
- 8.6. Efetuar os pagamentos, no prazo e nas condições indicadas neste instrumento, dos serviços que estiverem de acordo com as especificações, comunicando à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos;
- 8.7. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA; e
- 8.8. Fornecer em tempo hábil todos os dados técnicos e informações de sua responsabilidade, necessários à execução do serviço.

9. CLÁUSULA NONA- DAS SANÇÕES.

9.1 Em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Seleção Pública, seus anexos e neste instrumento contratual, ou não veracidade das informações prestadas, bem como na inexecução parcial ou total do objeto, a Contratada, garantida a prévia e ampla defesa, estará sujeita às seguintes penalidades:

9.1.1 Advertência;

9.1.2 Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o estabelecido neste edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicado oficialmente;

9.1.3 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

9.1.4 Suspensão contratual, em face de descumprimentos recorrentes de quaisquer cláusulas deste edital ou do contrato;

9.1.5 Rescisão unilateral, em caso de descumprimento contumaz do contrato, desde que devidamente justificado nos termos deste edital e do contrato.

9.1.6 Suspensão temporária do direito de participar de Seleções Públicas e impedimento de contratar com a FINATEC, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.2 As multas não recolhidas no prazo estabelecido no item 9.1 deste Contrato, serão

descontadas dos pagamentos ainda pendentes, devidamente corrigidas monetariamente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO.

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

10.1.1. Descumprimento pela Contratada das obrigações constantes no Edital e neste Contrato;

10.1.2. Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações técnicas, prazos ou cumprimento irregular;

10.1.3. Morosidade no cumprimento do contrato ou atraso injustificado no início da execução;

10.1.4. Paralisação da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

10.1.5. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato;

10.1.6. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

10.1.7. Se os preços contratados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; e

10.1.8. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da ordem de fornecimento decorrente deste contrato, sem prejuízo de sanções previstas neste instrumento.

10.2. Ocorrendo a rescisão deste contrato, a Contratada será informada por correspondência com Aviso de Recebimento, que será juntada ao processo.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação.

10.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado a Contratada o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

10.5. As partes poderão solicitar a rescisão, a qualquer tempo, desde que devidamente justificada, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, período em que deverá continuar executando o serviço nas condições estabelecidas neste Contrato.

10.6. A rescisão deste Contrato ensejará a imediata cessação dos pagamentos sobre serviços ainda não prestados, respeitadas as atividades em curso, desde que não seja possível sua extinção imediata.

10.7. Caso o CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de rescindir este Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar os pagamentos das faturas, até que a Contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.8. A rescisão, por algum dos motivos previstos, não dará à Contratada o direito a indenização a qualquer título, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1 Os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários serão definidos por acordo entre as partes.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos e as situações não previstas no Edital e neste Contrato, serão resolvidos pela CONTRATANTE em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 Fica eleito o foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

13.2 E por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Brasília, DF

REPRESENTANTE
LEGAL

FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS - FINATEC
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
REPRESENTANTE LEGAL

NOME DA EMPRESA/ORGANIZAÇÃO
CONTRATADA